

Economia solidária como estratégia para o crescimento inclusivo no Brasil

RESUMO

Débora Reis Leal de Lima
debora.2019@alunos.utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Curitiba. Paraná. Brasil.

Hilda Alberton de Carvalho
hilda@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Curitiba. Paraná. Brasil.

O desenvolvimento econômico do Brasil, marcado pela industrialização tardia, orientações das economias dominantes e aceleração do crescimento econômico no período pós-Segunda Guerra, acarretou profundas desigualdades socioeconômicas para a nação. A racionalidade capitalista impunha à sociedade a competição como forma de sobrevivência. Assim, valores essenciais à dignidade humana, como a equidade, foram submergidos pelo sistema: aos excluídos, restava a solidariedade como alternativa para a resiliência. Neste cenário, as noções de crescimento inclusivo começam a ganhar espaço nas agendas governamentais, como as preocupações com os biomas e a noção de finitude dos recursos naturais, num esforço de compartilhar os benefícios do crescimento a todos e a longo prazo. A economia solidária surge como uma alternativa para o crescimento inclusivo, no intuito de se estabelecer como um modelo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. O objetivo deste artigo é demonstrar a trajetória de mudança no pensamento capitalista, abalado pelas injustiças sociais e primazia no indivíduo, na direção de uma economia mais humana, baseada nos princípios da solidariedade, do cooperativismo e da equidade. Para esse fim, foi efetuada pesquisa bibliográfica por procedimento de levantamento teórico referencial e documental, acerca das definições que abarcam o tema e da implementação de uma política de economia solidária pelo governo brasileiro. Ao fim, é possível constatar que a carência de entendimento acerca das dimensões do crescimento inclusivo, além da complexidade de se aferir os resultados da economia solidária devido à sua multidisciplinaridade, dificulta a determinação dos resultados desta no crescimento inclusivo e no desenvolvimento econômico e social.

PALAVRAS-CHAVE: Países periféricos. Desigualdade. Crescimento econômico. Inclusão laboral. Cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

Se os EUA e a Europa formavam uma sólida parceria baseada em novas tecnologias e mercados livres, os países do Terceiro Mundo, sem tecnologias, inovações ou conhecimentos para produzir de forma eficiente, não tinham possibilidade alguma de competir com eles. A ausência de conhecimento comercial e tecnológico determinou a diferença política entre os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento com industrialização precoce e tardia, respectivamente. A América Latina, considerada periférica ao sistema econômico da hegemonia global, viveu um surto de crescimento no período pós-Segunda Guerra, mas as práticas econômicas adotadas levaram a região à altos índices de desigualdade, crises no mercado de trabalho e a situações de extrema pobreza, reforçando a vulnerabilidade e condição excludente desta população (AMSDEN, 2008).

O objetivo deste artigo é demonstrar a trajetória de mudança no pensamento capitalista, abalado pelas injustiças sociais e primazia no indivíduo, na direção de uma economia mais humana e sustentável, baseada nos princípios da solidariedade, do cooperativismo e da equidade.

Este artigo está dividido em oito seções: após esta introdução e apresentação metodológica, a seção 3 aborda o contexto do crescimento econômico dos países periféricos, com ênfase aos países membros da Comissão Econômica da América Latina e Caribe (CEPAL) e das consequências deste crescimento no Brasil. A situação atual dos países latino-americanos e o alinhamento deste com a Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são tratados na seção 4. As seções 5 e 6 debatem as conceituações do crescimento inclusivo e da economia solidária como alternativa ao sistema capitalista. As iniciativas da economia solidária no contexto brasileiro e a história da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) são apresentadas na seção 7. Por fim, a seção 8 discute a economia solidária e seus reais efeitos na mitigação das mazelas capitalistas.

2 METODOLOGIA

O trabalho que se expõe foi elaborado fundamentado em pesquisas bibliográficas por meio de levantamento teórico referencial sobre o crescimento econômico industrial, estruturação do pensamento teórico condutor das políticas econômicas latino-americanas nas últimas décadas, construção do conceito de crescimento inclusivo, além da definição de economia solidária e sua implementação pelo governo brasileiro. Ainda, foi efetuado levantamento documental referente às ações e execuções orçamentárias da economia solidária nacional.

3 CONTEXTUALIZANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

No final dos anos 50, início dos anos 60, os países periféricos, como os da América Latina e do Leste Asiático, iniciaram ações intervencionistas voltadas para a industrialização. O Leste Asiático obteve importante sucesso, ao trocar a importação pela produção interna, com incentivos do governo. Com isso, sua

produção aumentou e as dívidas foram poupadas, representando o início de uma era próspera de transformação industrial, com altíssimas taxas de crescimento econômico. Esses países tiveram condições de competir no mercado internacional e passaram a exportar seus produtos. A indústria da transformação ocupava seu lugar no crescimento econômico, com capacidade de criar novas competências e pagar salários mais altos. Os países desenvolvimentistas passam a rejeitar a agricultura como motor de crescimento das exportações (AMSDEN, 2008).

Já nos países da América Latina, a aceleração do processo de industrialização, ocorrido durante o pós-Guerra, proporcionou uma grande aceleração no desenvolvimento econômico que, ao atingir um pico máximo, culminou na crise das oligarquias agrário-exportadoras (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010). As estratégias de crescimento destes países, muitas vezes apresentadas como propostas de desenvolvimento econômico, se baseavam em três peças-chaves: a substituição da importação pela industrialização e promoção das exportações, a atração de investimentos estrangeiros diretos e a estabilização macroeconômica (ARTAVIA-JIMÉNEZ et al, 2019).

Durante uma conferência do Instituto de Economia Internacional, em 1989, que analisava possibilidades de reestruturação na América Latina, surgiu o documento intitulado “Consenso de Washington”. A cartilha trazia uma lista com dez itens para reforma: a) disciplina fiscal, para que esses países evitassem novos déficits e aumento da inflação; b) reordenamento das prioridades das despesas públicas, com subsídios em áreas estruturais como saúde e educação; c) reforma tributária, com ampla base fiscal de taxas marginais moderadas; d) liberação das taxas de juros; e) taxa de câmbio competitiva, admitindo um regime de taxas intermediárias; f) abertura e expansão do comércio, e de que modo isso deveria ser feito; g) abertura ao investimento direto estrangeiro e h) privatização, já com ampla aceitação no cenário americano; i) desregulamentação do mercado e j) garantia do direito à propriedade a custos aceitáveis (WILLIAMSON, 2008).

Os objetivos do Consenso foram alvo de críticas: não bastaria aumentar o PIB se o crescimento econômico não fosse sustentável a longo prazo. Pautas de diminuição das desigualdades, aumento nos padrões de vida e a promoção do desenvolvimento democrático deveriam ser abordadas (STIGLITZ, 2008). Havia a necessidade de se reduzir as desigualdades dos ganhos distributivos para que as camadas menos privilegiadas alcançassem a dignidade necessária para a condição humana. Dentre as ações fundamentais para a conquista da dignidade e diminuição da desigualdade, cabia aos governos priorizar a educação, programa de titulação aos direitos de propriedade para o setor informal, reforma agrária e microcrédito (WILLIAMSON, 2008).

De acordo com Kohli (2012), a América Latina abraçou as ideias do Consenso de Washington, do livre mercado, e passou a ser dependente do capital estrangeiro para investimentos e, conseqüentemente, aumentou sua dívida externa - o que, segundo o autor, faz pensar se as práticas do Consenso realmente visavam o desenvolvimento econômico ou apenas a quitação das dívidas.

Neste sentido, o autor faz um comparativo entre o desenvolvimento dos países da América Latina e do Leste Asiático, também periféricos ao capitalismo central: enquanto a Ásia adotou um modelo capitalista nacionalista de desenvolvimento, a América Latina aderiu ao modelo capitalista dependente. Ainda, destaca o fato de as economias asiáticas terem crescido muito mais

rapidamente que às latino-americanas e com índices bem menores de desigualdades, o que torna ainda mais louvável o feito dos asiáticos. Se na Ásia os ricos são cerca de seis vezes mais ricos que os pobres, na América Latina, os ricos são 15 vezes mais ricos que os pobres. A América Latina preferiu encolher o tamanho do Estado, privatizar seus setores e abrir suas economias. Imersos nos conceitos de fundamentalismo de mercado, esses países foram percebendo a importância de um Estado forte perante a economia (KOHLI, 2012).

O autor acrescenta que não apenas as práticas neoliberais dos latinos marcam essas diferenças: os índices de poupança interna são fatores importantes no desenvolvimento dos asiáticos. Isso porque a Ásia criou economias com altas taxas de poupança, canalização cautelosa do investimento estrangeiro em áreas prioritárias, capacidade de exportação de bens manufaturados e limites para a dívida externa, planejando as atividades econômicas de seus países de modo nacionalista, favorecendo o crescimento econômico efetivo. Já a América Latina, restrita à cartilha de Washington, permaneceu economicamente dependente, com taxas menores de poupança doméstica, menor papel do capital nacional, maior dependência de capital estrangeiro para suplementar a mobilização limitada de recursos, com exportação focada em commodities de menor valor agregado e altos níveis de endividamento externo (KOHLI, 2012).

A intervenção estatal driblou a dívida no Leste Asiático e agiu no sentido de impulsionar suas economias e se integrar a economia mundial. Passaram a exportar mais bens manufaturados (e não commodities) e se tornaram competitivos. A preponderância das exportações contribuiu para distribuição mais igualitária de renda, com mais empregos e melhores salários. Distantes das ideias do Consenso, os asiáticos (talvez até por consequência de seu modelo de colonização), procuravam consolidar o Estado e assim começaram seus experimentos de desenvolvimento soberanos (KOHLI, 2012).

As estratégias fracassadas da América Latina tiveram graves consequências: com as taxas de poupança interna relativamente estagnadas e com a alta dívida, as economias ficaram mais vulneráveis às pressões econômicas externas. Em 1974, marcado pela alta do petróleo, os países latino-americanos se endividaram e, com isso, aumentaram exportações e derrubaram as taxas de juros reais. Após a crise, em 1982, os países da América Latina estavam endividados e recorreram ao FMI para obter mais capital externo. A substituição das importações quase não conseguiu aumentar o crescimento, porque se dissipavam no pagamento da dívida. A América Latina optou pela substituição da importação pela industrialização de maneira mais fácil, recorrendo não apenas ao capital estrangeiro mas convidando investidores estrangeiros a produzir bens de consumo para sua classe alta e média (KOHLI, 2012).

Na perspectiva distributiva, os resultados foram ainda mais preocupantes: deterioraram o equilíbrio macrossocial, com altos níveis de pobreza e desemprego, ausência de programas sociais e de distribuição de renda, más condições de vida para os trabalhadores, fracos investimentos em educação, baixa taxa de investimento em capital físico. Nos anos 2000, a América Latina tinha cerca de 180 milhões de pessoas (mais que um terço da população total) vivendo em condições de pobreza, com renda inferior a US\$ 2,00 por dia. Os que viviam na extrema pobreza, com renda diária menor que US\$ 1,00 por dia, eram cerca de 80 milhões. O acesso a água potável e a qualidade das escolas públicas eram limitados, enquanto a violência e a criminalidade aumentavam. Quatro falhas teóricas

fundamentais às práticas econômicas dominantes do Consenso foram apontadas: a) o pensamento de que a economia tem fim em si mesma, considerando-a um sistema autônomo e fechado entre produtores e consumidores, coordenado pelo mercado eficiente, autossuficiente e de critérios ótimos; b) a desconsideração da finitude da biosfera e dos recursos naturais como limite às demandas do mercado e da atividade econômica em geral; c) o colapso causado pela racionalidade unilateral de maximização dos lucros e do interesse próprio; d) a falsa ideia de que a economia é uma força suprema, igualada às forças da natureza, ignorando sua inter-relação com pessoas e grupos, movidos por motivações diversas (ARTAVIA-JIMÉNEZ et al., 2019).

Para esses autores, os desafios em superar a hegemonia deste tipo de crescimento percebido nos países periféricos ao capitalismo central, está na reconstrução da estrutura teórica da disciplina econômica, considerando: a abertura ao trabalho transdisciplinar para lidar com os problemas de produção, comércio, finanças e consumo e; a redefinição da racionalidade econômica, observando a razoabilidade humana, perspectivas de ética e política, e a existência de todos os atores sociais como potenciais afetados pelas políticas econômicas hegemônicas.

3.1 A visão cepalina do desenvolvimento

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), e tem por objetivo o estudo e a promoção de políticas para seus países membros, com destaque para a estimulação da cooperação entre eles e o resto do mundo (CEPAL, 2019A).

A CEPAL sempre colaborou com o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, principalmente quanto aos desafios da desigualdade, luta contra a pobreza, fomento à democracia, justiça e paz e meios de inserção destas economias na economia mundial. No Brasil, a CEPAL está presente desde 1952, ocasião em que assinou acordo de colaboração junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criando o Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDES. No final da década de 70, firmou acordo com o governo brasileiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e ainda nos dias de hoje mantém acordos com diversos organismos da administração federal para programas de cooperação técnica e projetos em temas relacionados ao desenvolvimento (CEPAL, 2019A).

A CEPAL é considerada um centro de excelência de estudos, compilando e analisando informações, de modo a realizar recomendações para os países. Entre as décadas de 50 a início da década de 80, as principais produções intelectuais cepalinas se fundamentaram em um pensamento estruturalista, com base na industrialização, na necessidade de implementação de reformas e reorientação dos modelos de desenvolvimento. Porém ao fim da década de 80 até o início dos anos 2000, o pensamento neo-estruturalista se destacou e se caracterizou pela abertura comercial e financeira, privatização e pela redução da intervenção do estado em geral (BIELSCHOWSKY, 2009).

Na última década, a CEPAL continuou avançando com inquietude intelectual e com atitude inovadora. Novas análises foram introduzidas aos trabalhos (BIELSCHOWSKY, 2009):

- a) Avaliação dos efeitos das reformas nasce dos resultados dos anos 90, com destaque para o controle da inflação e da redução do déficit fiscal, aumento das exportações, aumento da produtividade das empresas e de gastos sociais, avanços na democracia e no respeito aos direitos humanos. Em contra partida, o crescimento econômico havia sido decepcionante, a diversificação das exportações ineficientes, além dos rasos esforços em investimento em poupança, aumento do desemprego e da desigualdade de renda.
- b) Agenda voltada a era global, com expansão do paradigma da transformação produtiva com equidade, sob as seguintes recomendações: fornecimento de bens públicos de natureza global (democracia, segurança, paz, sustentabilidade financeira e ambiental)
- c) Correção de assimetrias em áreas básicas (produtiva-comercial, macro econômico-financeiro e mobilidade capital e trabalho), e a incorporação de um agenda social internacional baseada em direitos.
- d) Garantia de formas do exercício pleno dos direitos civis e políticos, e dos conceitos de direitos econômicos, sociais e culturais, com base na integralidade na análise dos problemas sociais da região e políticas sociais e luta contra pobreza.
- e) Necessidade de reorientação da modalidade produtiva e exportadora para os bens de maior conteúdo de tecnologia e, ao mesmo tempo, agregar valor às cadeias setoriais maiores, fortalecendo o crescimento.
- f) Os recorrentes choques cíclicos destacaram a importância das redes de proteção social em favor dos mais vulneráveis. A política macroeconômica deveria focar em seus objetivos reais que eram o crescimento econômico e o pleno emprego. Para lidar com a volatilidade do capital, a política se baseou em 3 elementos: gestão coerentes de políticas anticíclicas flexíveis no campo fiscal, regulação e supervisão do ativo financeiro, aplicação de passivos.

3.2 Brasil: crescimento econômico e disparidades

Como apresentado anteriormente, o Brasil seguiu o roteiro de desenvolvimento da cartilha de Washington, ou seja, pautado nas diretrizes do capitalismo internacional e das economias hegemônicas. Logo, seu desenvolvimento não se deu de forma natural, e sua condição periférica ao sistema mundial impossibilitou o crescimento autônomo. Ainda que o país tenha atingido um importante grau de crescimento durante o processo de industrialização, este não foi suficiente para afastar as características do subdesenvolvimento, como as desigualdades regionais e laborais (ARAUJO; OLIVEIRA, 2017).

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi um importante marco na ampliação dos direitos sociais, com o alcance da previdência social aos trabalhadores rurais e a universalização da saúde como fatores declarados de que

a desigualdade distributiva e a pobreza extrema, mereciam a atenção do Estado (MEDEIROS, 2015). Ainda, estabeleceu que, dentre os princípios gerais da atividade econômica constavam a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, assegurada a todos uma vida digna, em acordo com os imperativos da justiça social; a redução das desigualdades regionais e sociais, o pleno emprego e o tratamento diferenciado às empresas brasileiras de pequeno porte (MORAES, 2018).

Contudo, Medeiros (2015) avalia que o contexto macroeconômico à época era altamente adverso, marcado pelos conflitos distributivos, moratória dos pagamentos dos juros externos, salários deteriorados pelo processo inflacionário, crises no mercado de trabalho e o aprofundamento das diferenças sociais. O Plano Real e a estabilização monetária, em 1994, permitiram alguma recuperação da economia, mas o baixo crescimento da renda e do emprego impediram o país de concretizar as intenções distributivas constitucionais.

Após o período crítico para a economia entre os anos de 1998 e 2002, o Brasil observou a mudança do contexto internacional - a apreciação das commodities e o crescimento da demanda destas pela China, acompanhada da redução dos juros americanos e da liquidez financeira internacional. Assim, o Brasil aumentou substancialmente sua taxa de crescimento, o saldo comercial, as reservas internacionais (MEDEIROS, 2015).

O cenário era reflexo de questões conjunturais e estruturais da era Lula (2003-2010). Em termos conjunturais, o Brasil, ao final de 2010, apresentava sinais de superaquecimento econômico, com nível de 85% de utilização de capacidade (apurada pela Sondagem Industrial da Fundação Getúlio Vargas), aumento salarial real em praticamente todos os segmentos (inclusive acima das taxas de produtividade), déficits expressivos na conta corrente e taxa de inflação girando em torno do teto da “banda de tolerância”. Contudo, o conjunto de fatores de natureza estrutural inspirava cautela. O crescimento do gasto público, aumento real de salário mínimo, elevação da taxa de juros e expansão de crédito eram exemplo de mecanismos de estímulo à demanda, que apenas seriam recomendáveis em circunstâncias de desemprego elevado e grande ociosidade. Somado a isso, havia a crise financeira internacional de 2011. Insistindo no binômio desoneração de impostos/estímulo ao consumo, o governo negligenciou as mudanças dos cenários e as políticas de oferta (GIAMBIAGI et al. 2011).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 52,8 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza em 2016. No ano seguinte, eram cerca de 54,8 milhões, dos quais 44,8% eram da região Nordeste¹. Em 2019, o Banco Mundial alertou para o aumento da pobreza no país, como resultado da recessão. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgados no mesmo ano anunciaram que a desigualdade do mercado de trabalho no Brasil alcançou seu maior nível em sete anos, assim como o índice Gini, que mede a renda do trabalho per capita, e chegou em seu maior número² desde 2012: 0,627 pontos.

Ainda segundo a FGV, os mais pobres são os que mais sentem os efeitos em períodos de recessão econômica. No período anterior à crise (até 2015), a população mais rica (cerca de 10% do total) teve um aumento de renda acumulada

¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>

² Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade (FGV IBRF, 2019).

real de 5%, os mais pobres (aproximadamente 40% da população), cerca de 10%. Já no período pós-crise, enquanto a renda acumulada real dos mais ricos aumentou em 3,3%, a dos mais pobres caiu cerca de 20%³, reforçando a desigualdade e potencializando a exclusão.

Com efeito, o mercado de trabalho também sofreu variações. Segundo dados publicados pelo IBGE em setembro de 2019, a taxa de desocupação no país registrou índice de 11,8% entre os meses de junho e agosto. Ainda, a informalidade atingiu níveis recordes, com 41,4% da população ocupada brasileira⁴.

4 PANORAMA SOCIAL E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2018, a CEPAL publicou edição do “Panorama Social da América Latina” e afirmou que a erradicação da pobreza e da pobreza extrema, além da redução da desigualdade em todas as suas dimensões ainda são os maiores desafios aos países da América Latina⁵. O documento alerta para as consequências da desigualdade num contexto regional de baixo crescimento econômico e importantes transformações demográficas⁶ e no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, a CEPAL afirma que é necessário desenvolver e fortalecer políticas públicas de proteção social e nas esferas do trabalho, promovendo a inclusão social e laboral, além da manutenção de políticas públicas de distribuição de renda e da proteção ao gasto social⁷ (CEPAL, 2019B).

Com a perspectiva de um cenário econômico mundial incerto, a CEPAL aposta que a políticas sociais tem a capacidade de promover avanços de inclusão social e laboral, com o desenvolvimento de capacidades que permitam novas oportunidades à todos, com uma visão universal de igualdade e direitos. As desigualdades sociais implicam em prejuízos no direito à educação de qualidade, saúde, infraestrutura básica (como saneamento) e avançada (como infraestrutura digital), aprofundando as diferenças e reforçando a exclusão. O desafio da inclusão laboral está associado a ofertas insuficientes de trabalho, má qualidade dos empregos, falta de acesso à cobertura social, baixa escolaridade e baixos salários. Como alternativa, o mercado informal se torna característica fundamental nos países membros da CEPAL. Contudo, a informalidade compromete o acesso à

³ Disponível em: FGV. Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. 22/05/19. https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=fgvnoticias-2019-05-22. Acesso em 29/9/19

⁴ Como população ocupada na informalidade, entendem-se os trabalhadores sem carteira assinada, sem CNPJ e ainda os sem remuneração.

⁵ Segundo o documento, ainda que a região tenha feito importantes avanços no início da última década, desde 2015 tem sido observados retrocessos particularmente no que se refere à pobreza e à pobreza extrema. A CEPAL vincula este fato à deterioração de indicadores do mercado de trabalho, como aumento das taxas de desocupação e interrupção do processo de formalização do emprego registrado nos anos anteriores.

⁶ Neste sentido, a CEPAL chama a atenção para as diversas formas de população que hoje vivem em condição de pobreza e extrema pobreza a contar por suas características sociodemográficas: sofrem mais os efeitos das políticas hegemônicas a população rural, as mulheres, as crianças e os jovens, os indígenas, os afrodescendentes e os portadores de necessidades especiais.

⁷ O aumento dos gastos sociais no início dos anos 2000 foi responsável pelas melhorias observadas até 2015, e foi fundamental para conter as falhas distributivas e evitar maiores retrocessos à pobreza e à desigualdade. Contudo, o documento avalia que, em termos absolutos e relativos, os níveis de gastos sociais dos países membro da CEPAL são significativamente menores que o dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Europeia.

seguridade social, trabalhos decentes e com jornada justa, proteção à maternidade, entre outros, que levam o setor à alta tendência de precariedade (CEPAL, 2019B).

A desigualdade é um fator histórico e estrutural nessas comunidades, que registram as maiores taxas de desigualdade do mundo⁸ e se faz presente inclusive em tempos de prosperidade e crescimento econômicos.

Dentre as principais mensagens do Panorama Social da América Latina 2018, e considerando o propósito deste trabalho, destacam-se:

- a) A erradicação da pobreza é o principal desafio dos países da América Latina;
- b) Esta pobreza atinge com maior impacto crianças e jovens, população em zonas rurais, indígenas e afrodescendentes;
- c) A proteção social é essencial para evitar as deteriorações e evitar retrocessos;
- d) O gasto social tem papel fundamental e deve ser fortalecido em momentos contextos desfavoráveis;
- e) Desemprego, baixos salários, desproteção no trabalho e altos níveis de informalidade reforçam o desafio da inclusão laboral;
- f) Políticas universais e intersetoriais, sensíveis às diferenças, orientadas ao aumento da cobertura e qualidade dos serviços sociais, proteção e trabalho decente são indispensáveis, e devem estar alinhadas ao desenvolvimento sustentável com igualdade.

As políticas de mercado de trabalho inclusivas, vinculadas à seguridade social, dirigida para a geração de empregos de qualidade, incremento da formalização, incentivo ao diálogo social e consolidação da organização sindical e da negociação coletiva são recomendadas pela CEPAL, como instrumentos ao reforço dos sistemas universais e integrados ao acesso social e ao trabalho decente.

A CEPAL se declara apoiadora da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atuando em seus países membros para a implementação destes (CEPAL, 2019). A Agenda 2030 é o resultado de uma reunião entre os países membros da ONU, realizada no ano de 2015, que estabelece os objetivos do desenvolvimento sustentável global (que somam 17) e outras 169 metas, que visam concretizar os direitos humanos de todos e harmonizam os três elementos do desenvolvimento sustentável: a economia, o social e o ambiental (ONU, 2019).

Embora todos os objetivos estejam estreitamente ligados às práticas da economia solidária, são destacados três⁹:

- a) Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, incluindo metas que garantam os direitos iguais aos recursos econômicos e ao acesso de serviços básicos, a construção da

⁸ Em segundo do lugar está a região da África Subsaariana (CEPAL, 2018).

⁹ Os demais objetivos são: fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; indústria, inovação e infraestrutura; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes e parcerias e meio de implementação (ONU, 2019).

resiliência nas comunidades mais pobres e em situação de vulnerabilidade (inclusive os decorrentes de crises econômicas), a implementação de políticas públicas que visem o fim da pobreza e de estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e sensíveis a gênero.

- b) Objetivo 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, com metas que envolvem o crescimento econômico per capita sustentado, políticas que apoiem o desenvolvimento com atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação. Ainda, o fomento das micro e pequenas empresas, inclusive mediante acesso a serviços financeiros, e o emprego pleno também para os jovens, mulheres e pessoas com deficiências.
- c) Objetivo 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, com metas que estipulam o crescimento da renda da população mais poder a uma taxa maior que a média nacional, o empoderamento e a inclusão social, econômica e política de todos, a igualdade de oportunidades e diminuição das desigualdades de resultados, além da adoção de políticas (principalmente fiscais, salariais e de proteção social) para o aumento progressivo da igualdade.

5 CONCEITUANDO O CRESCIMENTO INCLUSIVO

Segundo Rossignoli e Almeida (2018) o crescimento econômico está diretamente conectado ao crescimento acentuado da renda total, com taxas de crescimento populacional, êxodo rural para centros urbanos, desenvolvimento tecnológico, entre outros, sendo a orientação das políticas econômicas voltadas à tais valores essencialmente econômicos.

E, de fato, o crescimento enquanto produto da industrialização foi considerado eficaz e necessário para que as populações mais pobres alcançassem melhores condições de vida, principalmente na era pós-Segunda Guerra Mundial. Nesta época, acreditava-se que todo crescimento exigia a combinação de uma degradação inicial da distribuição de renda, mas tão logo os efeitos do surto de crescimento diminuíssem, esta seria reestabelecida (RANIERI; RAMOS, 2013).

Contudo, o pensamento capitalista, propenso ao acúmulo de dinheiro e aos interesses pessoais, com a menor interferência possível do Estado na economia, teve de reconhecer que o crescimento estritamente econômico, baseado no mercado livre, estava distante do crescimento diante às desigualdades sociais, uma vez que estas necessitavam de algum grau de intervenção estatal – o crescimento se relacionava com o Estado, a família e o mercado, num elo entre as políticas sociais e econômicas. Assim, era necessário que se repensasse o crescimento econômico como um crescimento inclusivo social, e não apenas econômico (ROSSIGNOLI; ALMEIDA, 2018),

Os estudos de Ranieri e Ramos (2013) relatam que o conceito de crescimento inclusivo nasce da tentativa de esclarecimento do conceito de crescimento pró-pobre (o crescimento que beneficiava a população mais carente). Partindo do princípio que nem todo crescimento econômico era intrinsecamente pró-pobre, os

autores relatam que o crescimento inclusivo deveria impactar a percepção de crescimento não apenas na distribuição de renda, mas também entre os grupos minoritários, distribuídos em regiões demográficas, gêneros e etnias, de modo que estas pessoas participassem do processo de crescimento, balizando o conceito de crescimento ao de equidade. Nesta perspectiva, todos deveriam participar dos resultados do crescimento econômico.

Contudo, os autores destacam que não há uma convergência sobre os fatores que influenciam este tipo de crescimento. Assim, ainda que os governos, simultaneamente aos teóricos, tentavam planejar e classificar suas estratégias como inclusivas, os objetivos de suas políticas econômicas e sociais ainda não eram claros – apesar de terem em comum o fato de que era necessário que mais pessoas menos favorecidas partilhassem dos benefícios e das oportunidades em maior grau que as mais abastadas.

Ranieri e Ramos (2013) discorrem que as noções de trabalho produtivo foram acrescentadas às de crescimento inclusivo – além de favorecer os mais pobres, as dimensões do crescimento deveriam extrapolar os limites da renda, expandindo-se para fatores de não renda, como oportunidades de participação no processo de crescimento e de combinação de resultados e processos, numa dimensão de produção e compartilhamento do crescimento, ainda que esta definição não afastasse a centralidade da pobreza e da desigualdade. Rossignoli e Almeida (2018), sinalizam que o crescimento econômico é tão importante para o crescimento social quanto o crescimento social é para a consolidação da economia, pois se o aumento de renda estimula o desenvolvimento da nação, o bem-estar social prepara os indivíduos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

O contexto deste crescimento também importa – a trajetória do crescimento de uma país refere-se a atividade econômica e suas consequências, enquanto as pretensões deste crescimento e os esforços para alcançá-lo relacionam-se com as preocupações nacionais essenciais e as forças sociais, concretizadas pelas políticas públicas implementadas. Assim, um evento de crescimento seguido por mudanças positivas no sentido da inclusão, não necessariamente é um crescimento inclusivo – para um crescimento ser considerado inclusivo, suas aspirações devem assim sê-las, por meio de responsabilidades sócio-políticas pró-inclusão. Isto posto, a efetivação de políticas que combinem as dimensões sociais e econômicas têm maiores chances de levar um país a um maior grau de resiliência, uma vez que estas estão fundamentadas em preocupações reais, e não representadas pelo acaso de uma episódio favorável (ROSSIGNOLI; ALMEIDA, 2018).

Na tentativa de repensar o crescimento e os meios de produção, com ênfase à inclusão e à sustentabilidade, diante o comprometimento com o ser humano e com o planeta, surge a prática da economia solidária, apoiada na cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, visando a participação e a distribuição de responsabilidade e resultados, para o alívio da exclusão e da desigualdade (LIMA, 2016).

6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

As desigualdades e injustiças sociais oriundas do capitalismo, provenientes da desregulamentação dos mercados, grandes jornadas de trabalho e baixas taxas de

crescimento econômico, pautas da CEPAL desde a década de 80, incentivam o pensamento de novas práticas econômicas. A primazia do indivíduo e da maximização de ganhos, impulsionados pela individualidade intrínseca ao homem tinham levado o sistema capitalista à beira do colapso da dignidade humana (LIMA, 2016; ARTAVIA-JIMÉNEZ, et al. 2019).

Já nos primórdios do capitalismo, a sociedade inglesa julgou importante mitigar os efeitos excludentes do capitalismo, por meio de sociedades de seguridade social e assistência mútua, que prestavam assistência para trabalhadores e suas famílias em casos de doença e morte. Assim, surgiram as primeiras organizações com bases no cooperativismo e mutualismo. Deste modo, as cooperativas passaram a ser entendidas como grupos de trabalho associados à qualidade de vida de seus membros, e não ao capital – nascia uma alternativa ao sistema capitalista, denominada economia solidária (SILVA et al, 2015; ARAUJO; OLIVEIRA, 2017; ARTAVIA-JIMÉNEZ et al, 2019).

A economia solidária (ou economia social) tem por objetivo final o bem comum, em detrimento da individualidade capitalista, na união entre a economia e a solidariedade. A competição sem limites do sistema dominante uniu os desprovidos de capital, logo incapazes de competir, pela solidariedade posto que a permanente carência destes, pelos fatores que tornam a vida humana digna, concediam ao ato de repartir um status de racionalidade (SINGER, 200; FERRARINI et al; 2018).

Para Mateo e Rodríguez (2015), a economia solidária dispõe-se a conectar questões econômicas às ambientais, ampliando a visão ortodoxa, limitada à alocação de recursos, às preocupações relacionadas à distribuição, produção, exclusão laboral e social, e a precariedade das condições de vida, sendo esta teoria e prática que extrapolam a visão neoliberal da economia como força da natureza, mas que deve estar a serviços de seus territórios e atores. O ato de produzir, consumir e comercializar deve, antes de tudo, agir em interesse da vida humana e da sustentabilidade de cada bioma: a hegemonia capitalista aloca mais de 80% de todas as riquezas do planeta nas mãos da minoria mais rica, restando menos de 2% à camada mais pobre da sociedade humana (LIMA, 2016).

As práticas da economia solidária são alicerçadas em práticas circulares e inclusivas, baseadas na autogestão, solidariedade, democracia, cooperação, respeito ao meio ambiente, equidade e inclusão, em esforços de ser economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta (SILVA et al, 2015; LIMA, 2016; ARAUJO; OLIVEIRA, 2017; FERRARINI et al; 2018). Para que isso seja possível, a sociedade e também o Estado devem estar articulados, no implemento de políticas públicas que promovam a transformação produtiva dinâmica e sustentável, atuando em nível macroeconômico com mecanismos de justiça distributiva, políticas de redistribuição, investimentos públicos e políticas sociais, equidade produtiva e apoio do sistema financeiro ao desenvolvimento (ARAUJO; OLIVEIRA, 2017; FERRARINI et al; 2018; SANTOS, 2018; ARTAVIA-JIMÉNEZ; et al, 2019).

Os empreendimentos da economia solidária (EES) se dividem em dois grupos: 1) associações de produtores individuais ou familiares, onde os membros trabalham em suas terras e realizam variadas ações e 2) fábricas e outros estruturas de produção. Os empreendimentos que formam o primeiro grupo resguardam a autonomia individual (ou familiar) e se associam para atividades

selecionadas, que lhe trazem benefícios em escala. Para tal, participam de assembleias e decidem democraticamente as decisões, todos com direito à voto, num sistema de autogestão. Estes possuem igualdade de direitos, mas não de ganhos. Já os EES do segundo grupo produzem coletivamente, sem ações autônomas de seus sócios, já que toda a produção pertence a todos, com igual repartição de responsabilidade e receitas. Contudo, ambos compartilham da não subordinação à uma autoridade externa ou interna à coletividade. Aos empreendedores solidários, o Estado pode oferecer assessoria técnica, formação profissional, abertura de créditos, apoio para a implementação de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito (SINGER; SCHIOCHET, 2014; LIMA, 2016).

Diante o exposto, as iniciativas de economia solidária podem ser encontradas nas agricultura familiar e camponesa, nas hortas urbanas, nas diversas cooperativas autogestionárias, nos EES, nas centrais de comercialização, nos grupos de troca, nas associações, entidade de assessoria, rede de gestores, bancos comunitários, grupos de consumo, fundos rotativos, entre outros (LIMA, 2016).

A economia solidária pode ser uma alternativa resiliente aos períodos de instabilidade do mercado, preservando postos de trabalho e alheia às especulações que maximizam lucros, mas com capacidade real de inserir um país periférico na dinâmica socioeconômica, viabilizando novos modos de relacionar trabalho e distribuição produtiva (SINGER, 2014; ARAUJO; OLIVEIRA, 2017).

7 O PAPEL DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)

No Brasil, a economia solidária é iniciada no ano de 2003, no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio de uma proposta de ação pública na geração de trabalho e renda, determinando o trabalho associativo como estratégia de enfrentamento ao desemprego, à miséria e de desenvolvimento regional, reconhecendo o processo de transformação social em curso, provocado por diversas crises no âmbito econômico, como a desindustrialização, a precarização das relações laborais e a competição acirrada do capitalismo global (SINGER, 2004; SILVA, 2018).

Em junho daquele ano, o Congresso Nacional, após a mobilização de diversos movimentos sociais, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária¹⁰ (SENAES), dentro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹¹, sob o comando do economista Paul Singer, professor da Universidade de São Paulo, e reconhecido teórico-conceitual da temática. A secretaria teve boa Aceitação pelo MTE, ao identificar laços com o movimento operário (SINGER, 2004; SILVA, 2018). As atribuições da SENAES foram definidas pelo Decreto nº 5.603/2004 (BRASIL, 2004), dentre as quais:

- a) Planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

¹⁰ Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

¹¹ A SENAES representou importante ampliação nas responsabilidades do MTE ao incorporar trabalhadores não assalariados à pauta do Ministério, como os cooperativismo e associativismo urbano (SINGER, 2004).

- b) Colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- c) Estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive de economia popular;
- d) Estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- e) Supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com outros órgãos, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo.

A economia solidária no âmbito da SENAES atuava em eixo transversal de políticas públicas, firmando parcerias diversas, como Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), as instâncias governamentais, empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, ligas e uniões e estes, com um número ainda maior de parceiros (SILVA, 2018).

A SENAES avançou na agenda de economia solidária, conforme discorre Shiochet (2012) – ainda em 2003, a Secretaria iniciou o mapeamento nacional da economia solidária e iniciou diálogos interministeriais com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com projeto de desenvolvimento territorial com base no etnodesenvolvimento, resultando na abordagem territorial do movimento solidário.

Em 2005, numa campanha realizada com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Secretaria lançou um programa de feiras em Santa Maria (RS) e um convênio com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), num esforço de promover as finanças solidárias e o microcrédito produtivo orientado. No ano seguinte, a agenda progrediu para a institucionalização da relação com a sociedade civil, iniciou ações de qualificação social e profissional, realizou a primeira Feira Nacional de Economia Solidária e lançou o Atlas da Economia Solidária no Brasil. Ainda, abriu debates sobre a territorialidade com programas de desenvolvimento locais associados à economia solidária. O ano de 2007 foi marcado pela dimensão legislativa da temática com a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária (SCHIOCHET, 2012).

O Plano Plurianual 2004-2007 indicou um orçamento total aprovado de aproximadamente R\$ 170 milhões para a SENAES¹². A execução orçamentária para o período chegou a alcançar mais de 90% do total aprovado. Dentre os projetos com maior destaque neste PPA, destacou-se a ação Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária (SILVA, 2018).

O Projeto Brasil Local, em 2008, trouxe a pauta dos catadores de material reciclável para a Secretaria – projeto este que viria a se tornar uma das grandes bandeiras da SENAES. Em 2009, a Secretaria incorporou o tema da segurança

¹² Entre 2005 e 2006, houve queda na no orçamento, mas o período seguinte registrou a maior dotação orçamentária deste PPA, com R\$ 60,4 milhões apenas para 2007 (SILVA, 2018).

pública e Programa de Segurança Cidadã do Ministério da Justiça, no enfrentamento da crise social vivida pelas populações marginalizadas no Rio de Janeiro, onde foram lançados os Centros de Formação em Economia Solidária. No ano seguinte, a conferência “Pelo direito de produzir, viver em cooperação de maneira sustentável” elevou o discurso sobre o modelo de desenvolvimento e discutir o direito ao acesso à políticas públicas e o fortalecimento da economia solidária no país. A SENAES ainda consolidou o Sistema Nacional de Comércio Solidário e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (SCHIOCHET, 2012).

Em 2011, as ações da SENAES foram somadas aos esforços nacionais pela erradicação da pobreza, por meio do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), já no governo da presidente Dilma Rouseff. O direcionamento se voltou para a inclusão produtiva urbana da população de baixa renda e formação de redes de comercialização e de finanças solidárias nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, promovendo o endodesenvolvimento de comunidades afetadas pela extrema miséria (SINGER; SCHIONET, 2014; SINGER, 2014).

O Plano Plurianual 2008-2011 aprovou o montante de R\$ 208,1 milhões à pasta, registrando um acréscimo de 22,4% em relação ao PPA anterior. Dentre as mais de 10 ações do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento, o denominado Agentes de Desenvolvimento Solidário recebeu a maior alocação de recursos, com 23,3% do orçamento total deste PPA. Assim, o Índice de Execução Orçamentária (IEO) foi de 41,2% - menos da metade do executado no PPA 2004-2007, o que demonstra que a capacidade de execução política pública não depende apenas do aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), mas de fatores diversos. No período em questão, a SENAES findou convênio com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o que gerou alterações nas regras dos repasses dos recursos para entidades da sociedade civil, e colocou em prática o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV), com novas exigências e controles – dificuldades adicionais para a execução do orçamento (SILVA, 2018).

Durante os anos de 2012 e 2015, a SENAES atuou com maior ênfase no PBSM e, em decorrência do caráter interministerial deste projeto, o orçamento passou por importantes modificações, com o fim na circunscrição das ações à uma única unidade gestora, mas à diversos ministérios, caracterizando os chamados programas temáticos. Desta forma, o número de programas do PPA passou de 400 para 65. Coube a SENAES o programa temático intitulado “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”, que distribuía as ações entre o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Integração Nacional e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além deste programa, a SENAES foi responsável por ações no Programa de Resíduos Sólidos, agora sob a tutela do Ministério do Meio Ambiente. Nesta nova configuração, o orçamento anual de 2012 teve um aumento real de 41,9% em relação ao ano anterior – fato que marca o reconhecimento institucional da economia solidária no país, em especial aos catadores de matérias recicláveis. Contudo, o IEO do PPA 2012-2015 foi ainda menor que do PPA anterior: 22,8% contra 41,2% (SILVA, 2018).

O quadriênio 2016-2019 foi profundamente atingido por dificuldades políticas e econômicas: a instituição do Ministério do Trabalho e da Previdência Social em 2015, o impeachment da presidente Dilma Rouseff e a saída de Paul Singer da SENAES em 2016 e a perda da condição de secretaria da SENAES para subsecretaria no campo político, e a forte recessão econômica de 2015, com queda de cerca de

8% do produto interno bruto (PIB), desestabilizaram a economia solidária e as demais políticas sociais nacionais. Desta forma, a dotação orçamentária para o período foi reduzida, assim como as ações da SENAES, reduzidas a um objetivo do programa temático Trabalho Decente e Economia Solidária, definido como “promoção da economia solidária e suas diversas formas organizacionais”. A LOA de 2016 teve decréscimo de 52,2% em relação a do ano de 2015, situação que se agravou em 2017, quando a LOA teve queda de 60,6% em relação ao mesmo ano. Em 2018, a tendência de queda se manteve, com apenas 14,9% dos recursos aprovados em 2015 – o menor valor orçado desde a implantação da economia solidária na agenda governamental (SILVA, 2018).

O governo do presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, extinguiu o Ministério do Trabalho¹³, e as atribuições referentes à economia solidária foram encaminhadas ao Ministério da Cidadania, limitadas às políticas de assistência social e renda associadas ao conceito de cidadania, e não ao de política de trabalho ou de desenvolvimento nacional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com frequência, os debates sobre economia solidária convergem ao questionamento relacionado às possibilidades efetivas do modelo econômico alternativo, caracterizado pela solidariedade, equidade e participação, frente o atual contexto hegemônico. Para Lima (2016), os empreendimentos de economia solidária podem ser considerados bem-sucedidos, pois se utilizam de uma rede de relações econômicas, políticas e sociais, para o enfrentamento das mazelas do sistema dominante.

Dos quase 20 mil empreendimentos de economia solidária mapeados em 2013, quase metade estava localizado na região Nordeste (8.040), mais da metade em áreas rurais (55%), com importantes conquistas para os empreendedores sociais, como integração do grupo, exercício da democracia e geração de renda (ARAUJO; OLIVEIRA, 2017). De 2003 a 2010, a SENAES atuou junto à 435 projetos, nos quais alocou R\$ 206.273.341,41 (SCHIOCHET, 2012). Cabe lembrar que a LOA de 2012 teve as maiores aprovações de aporte para a temática, quando inseriu a SENAES num contexto interministerial de combate à fome e a miséria.

É fato que a ausência de entendimento acerca da real dimensão do crescimento inclusivo, seus componentes e estratégias dificultam a mensuração fiel dos retornos da economia solidária para o desenvolvimento regional, a sustentabilidade do ambiente, e a conquista da dignidade da pessoa humana. Contudo, Souza (2012) alerta para a dificuldade de aferir resultados num trabalho multidisciplinar e complexo, como o da economia solidária. Esta tarefa demandaria atenção continuada, transversal, política e institucional. Há de se pensar ainda que, pelo menos no Brasil, a marca político-partidária rotula a economia solidária, e cria obstáculos no entendimento holístico da proposta e de seus objetivos em prol do desenvolvimento econômico e social.

Se por um lado a economia brasileira avançou muito nos primeiros anos da economia solidária institucionalizada no país, por outro, não é possível desassociar tal feito do contexto macroeconômico, estrutural e conjectural, que

¹³ Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

impulsionavam a economia e o desenvolvimento brasileiro. Ainda agora, em 2019, com a extinção do Ministério do Trabalho e a dissolução da SENAES, será arriscado calcular os danos, uma vez que novamente o Brasil passa por momento de recessão econômica, queda na produção e aumento do desemprego e da informalidade.

A dúvida quanto a continuidade das ações de economia solidária enquanto conquista cidadã e o fim desta enquanto ferramenta de inclusão laboral e de desenvolvimento tornam ainda mais profundos os obstáculos que impedem a determinação das capacidades efetivas da economia solidária.

Solidarity economy as a strategy for inclusive growth in Brazil

ABSTRACT

Brazil's economic development, marked by late industrialization, orientations from dominant economies and acceleration of economic growth in the post-World War II period, led to profound socioeconomic inequalities for the nation. Capitalist rationality imposed competition on society as a way of survival. Thus, values essential to human dignity, such as equity, were submerged by the system: to the excluded, solidarity remained as an alternative to resilience. In this scenario, the notions of inclusive growth are beginning to gain space on government agendas, such as concerns about biomes and the notion of finitude of natural resources, in an effort to share the benefits of growth for all and in the long run. The solidarity economy emerges as an alternative for inclusive growth, in order to establish itself as an economically viable, socially just and environmentally correct model. The purpose of this article is to demonstrate the trajectory of change in capitalist thinking, shaken by social injustices and primacy in the individual, towards a more human economy, based on the principles of solidarity, cooperativism and equity. To that end, a bibliographic search was carried out by means of a referential and documentary theoretical survey, about the definitions that cover the theme and the implementation of a solidarity economy policy by the Brazilian government. In the end, it is possible to see that the lack of understanding about the dimensions of inclusive growth, in addition to the complexity of measuring the results of the solidarity economy due to its multidisciplinary nature, makes it difficult to determine the results of this in inclusive growth and in economic and social development.

KEY WORDS: Peripheral countries. Inequality. Economic growth. Labor inclusion. Cooperatives.

REFERÊNCIAS

- AMSDEN, A. H. The Wild Ones: Industrial Policies in the Developing World. In: SERRA, N; STIGLITZ, J. The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford University Press, p. 95 – 118. 2008.
- ARAUJO, T. J. N.; OLIVEIRA, S. V. Capitalismo periférico e alternativas emergentes no mundo do trabalho: a experiência da economia solidária no Brasil. Revista Argumentos. v.14, n.1, p. 290-312, jan/jun-2017.
- ARTAVIA-JIMÉNEZ, M. L.; ORTIZ, J. A. C.; CORDERO-BONILA, J.; MORALES, M. V. Economía Solidaria y Economía Humana: para enriquecer el análisis económico. Revista Cultura Económica, n. 37, v. 97, p. 15-44, 2019.
- BIELSCHOWSKY, R. Sessenta años de la Cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. Revista de La Cepal, n.97.2009.
- BRASIL. Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mai. 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L.C; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Revista de Economia Política. v.30, n.4 (120). p.663-686.2010.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Panorama Social de América Latina 2018 Documento Informativo, Santiago. 31 p. 2019.
- CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 20 set. 2019.
- DÍAZ MUÑOZ, J. G. Economías solidarias en América latina. Guadalajara, México : ITESO Instituto tecnológico y de estudios superiores de occidente, 2015.403 p.
- GIAMBIAGI, F.; BARROS DE CASTRO, L.; VILHENA, A.; HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea. 2 ed. São Paulo, SP: Elsevier – Campus, p. 239-272, 2011.
- KOHLI, A. Coping with globalization: Asian versus Latin American setrategies of development, 1980-2010. Brazilian Journal of Political Economy. v. 32, n. 4(129), p. 531-556. out/dez, 2012.
- LIMA, C. Boas práticas em economia solidária no Brasil– Brasília: CEA; FBES, 2016. – 40 p.

MATEO, G. Y RODRÍGUEZ, L. (2015). Economía social y cooperativismo. En Mateo G. y Rodríguez L. Economía social y cooperativas agrarias en la Argentina, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. Recuperado de: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/lib_amb_economia-social-y-cooperativismo.pdf

MEDEIROS, C. A. Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, Brasília, 182 p. 2015.

MORAES, A. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de Outubro de 1998. São Paulo: Atlas. 2018.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 17 set. 2019.

RANIERI, R.; RAMOS, R. A. Inclusive growth: building up a concept. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC - IG), n.104, p. 1-21, 2013.

ROSSIGNOLI, M.; ALMEIDA, P. S. Governamentalidade neoliberal: reflexões sobre o crescimento econômico e o crescimento inclusivo. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 9, n. 3, p. 219-242, set./dez. 2018.

SANTOS, C. V. Evolução da produção científica em economia solidária: o cenário brasileiro. ORG & DEMO, Marília, v. 19, n. 1, p. 97-112, Jan./Jun., 2018.

SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C (org). A Economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, p.55-62. 2012.

SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, Senaes, 2006.

SILVA, A. O. A.; NEY MATOS, F. R.; MACHADO, D. Q.; ARRUDA, C. D. B. Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 17, núm. 2, abril-junio, 2015, pp. 163-178 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil

SILVA, S. P. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. Texto para discussão 2434. IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2018.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. Mercado de Trabalho. Ipea. v. 24, p. 3-5. 2004.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. Sociedade e Estado. Brasília, v. 16, n.1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, P. SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org). O Brasil sem Miséria. Brasília, MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), p. 425-446, 2014.

SOUZA, A. L. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Mercado de Trabalho, IPEA. 52. p. 63-70, Ago 2012

STIGLITZ, J. E. Is there a Post-Washington Consensus Consensus? In: SERRA, N; STIGLITZ, J. The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford University Press, p. 41-56. 2008.

WILLIAMSON, J. A Short History of the Washington Consensus. In: SERRA, N; STIGLITZ, J. The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance. Oxford University Press, 2008.

Recebido: 13 jul. 2020.

Aprovado: 23 ago. 2020.

DOI: 10.3895/rbpd.v9n4.13007

Como citar: LIMA, D. R. L.; CARVALHO, H. A. Economia solidária como estratégia para o crescimento inclusivo no Brasil. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 9, n. 4, p. 636-656, Edição Especial V Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Débora Reis Leal de Lima

Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

